

As configurações da intolerância e do discurso de ódio na internet: uma análise da página Negros Contra o Movimento Negro

The configurations of intolerance and hate speech on the Internet: an analysis of the fanpage Blacks Against the Black Movement

Renata Nascimento

renascsilva1@gmail.com

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UERJ. Mestre em Mídia e Cotidiano pela UFF. Integrante dos grupos de pesquisa Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC/ECO/UFRJ) e Comunicação, Arte e Redes Sociotécnicas (TRAMA/UERJ).

José Messias

jose.cmsf@ufma.br

Professor adjunto do curso de Comunicação Social/Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz. Coordenador do grupo de pesquisa GamerLab/UFMA.

Resumo

A partir de entrevistas e análise do discurso de postagens da página Negros Contra o Movimento Negro (NCCM), da rede social Facebook, o presente artigo pretende relatar a propagação dos discursos racistas no meio virtual. Por meio de discussões sobre raça e negritude, em Moore (2012), Mbembe (2003, 2017), Sousa (1990)1990), entre outros, demonstra-se a extensão do processo de racialização que coopta até os sujeitos mais afetados por ela. Esta é uma constatação já presente em Fanon (2008) em sua crítica a respeito da alienação do negro de sua condição racializada. As categorias presentes no conceito de ideologia de Thompson (1999) servem de base para uma investigação das manifestações discursivas da intolerância. Dentre as principais considerações, observa-se a atualização das práticas racistas na Internet por meio de uma retórica de negação do racismo alicerçado no mito da democracia racial e do uso do humor como legitimador de discursos intolerantes.

Palavras-chave: discurso, ideologia, racismo.

Abstract

Through interviews and a discourse analysis of the fanpage Black people Against the Black Movement in the social network Facebook, this paper seeks to report the spread of online racist discourses. Debating race and Blackness in Moore (2012), Mbembe (2003, 2017) and Sousa (1990), among others, it shows the extent of this process of racialization since it co-opts the very subjects of its action. This is a finding already present in Fanon (2008) in his critique of the alienation of black people from their racialized condition. The categories present in Thompson's (1999) notion of ideology are the basis for an investigation into the discursive manifestations of intolerance. Among the main considerations there is the updating of racist practices on the Internet through a rhetoric of denial of racism based on the myth of racial democracy and the use of humour as a legitimiser of intolerant discourses.

Keywords: discourse, ideology, racism.

1. Introdução

A calamidade do totalitarismo, segundo Arendt (2012), deveu-se às multidões de apátridas, imigrantes e refugiados que o conflito das grandes guerras e seus novos atores estatais geraram. Conforme Adriano Correia (2007), o ódio decorrente do período entreguerras desintegrou a vida política, agravando a incapacidade das nações em lidar

com os novos grupos sociais dos apátridas e das minorias, aos quais foram negados os direitos humanos universais e os direitos nacionais.

A partir dos escritos de Arendt, o autor afirma que “a própria expressão ‘direitos humanos’ tornou-se para todos os concernidos – vítimas, opressores e espectadores – a evidência de um idealismo desesperado ou de uma hipocrisia débil e hesitante” (Correia, 2007, p. 45). Quando o

Estado-Nação se mostrou incapaz de efetivar o princípio básico de igualdade perante a lei no período entregueras, ele permitiu que os chamados deslocados de guerra se juntassem ao contingente permanente de mão de obra supérflua. A partir de então, eles passaram a vagar pela sociedade desamparados de qualquer direito, despidos de qualquer personalidade jurídica.

Essa atmosfera de colapso da sociedade ocasionou o surgimento de movimentos totalitários e resultou também na generalização dos valores promulgados pelos meios institucionais com o fim de organizar e ordenar a maioria dos aspectos da vida moderna, tanto na esfera pública quanto na privada. Expressões desse contexto são a violência, a exclusão e o medo que passam a ser operacionalizados como ferramentas de subjugação, dominação e extermínio puro e simples das minorias. A exclusão apresenta-se como a rejeição de indivíduos singularmente constituídos aos quais se nega a condição de sujeitos políticos. Suas vítimas, geralmente, minorias étnicas, culturais e/ou religiosas, são marginalizadas pela sociedade por meio de preconceitos os mais diversos e impedidas de exercerem livremente seus direitos de cidadãos, seja em razão de suas condições financeiras, repertórios culturais e/ou escolhas de vida.

Sendo assim, o que move essa coletividade dita minoritária – para Sodré, “grupos sociais que lutam contra a imposição dos valores hegemônicos dentro da sociedade civil” (2013, p. 12) – é o impulso de transformação. Esse desejo implica buscar a garantia dos direitos humanos, a liberdade de expressão dos seus valores, o respeito às diferenças e a participação de seus membros nas instâncias decisórias de poder. Visa, enfim, à transformação dos fluxos sociais estabelecidos ou hegemônicos, dos quais os movimentos totalitários julgam estarem excluídos ou não se beneficiarem mesmo quando usufruem de privilégios sistêmicos de gênero ou étnico-raciais.

Assim, há uma disputa política pelo sentido de minoria entre grupos étnico-raciais e socioeconômicos que só ganha contornos mais definidos dentro da crítica da colonialidade do poder (Quijano, 2005), cuja sustentação vem das distinções de raça, gênero e sexualidade presentes em sua matriz (Mignolo, 2011). Daí o uso de termos como “supremacia branca, patriarcal e capitalista” por intelectuais como bell hooks (2004), que entendem a interseccionalidade dessas relações de saber e poder.

A transformação da identidade e da relação de poder supõe, no caso das minorias, a sua participação nas instâncias decisórias do poder para a obtenção de voz ativa. A partir do momento em que esses grupos minoritários tentam romper com o sistema estabelecido, o discurso do ódio e da intolerância – racismo, incitação ao ódio e discriminação de gênero e sexual – se organiza como dispositivo de contenção desses fluxos de mudança, deslegitimando e impedindo o aparecimento de “novas vozes” passíveis

de conflagrar disputas ideológicas através de uma retórica intolerante disfarçada de argumentação isenta e/ou imparcial.

O discurso racista é um dos meios pelos quais grupos marginalizados são discriminados, tanto que, para Arendt, “[...] a ideologia racial, e não a de classes, acompanhou o desenvolvimento da comunidade das nações europeias, até se transformar em arma que destruiria essas nações” (2012, p. 191). Mais recentemente, bell hooks (2004) associa, já no início da década de 2000, a ascensão do neoconservadorismo nos Estados Unidos a essa lógica supremacista branca, sobretudo no que se refere aos negros. Debatedo questões como autoestima, educação e influência da mídia, entre outros, a autora mostra como essa lógica afeta também os negros que reproduzem esses argumentos. Por exemplo, a negação do caráter sistêmico/estrutural do racismo e sua denúncia e/ou crítica como vitimismo.

No Brasil, esse movimento neoconservador atacou os setores progressistas da sociedade e noções como justiça e desigualdade social por meio da falácia da ameaça comunista (Silva *et al.*, 2014; Messenberg, 2017; Chagas, Modesto e Magalhães, 2019), a mesma já utilizada pela ditadura cívico-empresarial-militar de 1964, sendo o apoio a esse golpe, inclusive, uma de suas principais pautas. No que se refere especificamente ao discurso de ódio racial, há um negacionismo das principais teorias científicas que associam pobreza (classe) e raça (negra) no contexto pós-abolição e o repúdio às políticas públicas instauradas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT, 2003-2016) para a reparação desse legado, tidas como assistencialistas e até alienantes (voltada para ideologias “de esquerda”). A exaltação da meritocracia pelos neoconservadores se transforma em retórica racista ao também retomar o tema do vitimismo e do chamado “mimimi”, além de uma negação do racismo e da desigualdade por conta do “mito da democracia racial” (Munanga, 2008).

Nesse sentido, as comunidades virtuais (Rheingold, 1993) surgem também como fóruns de discussão em que certa noção de cidadania e de civilidade é debatida e, sobretudo, disputada. No que concerne à raça, alguns discursos acabam fazendo parte da opinião pública. Estudar sua presença e divulgação no contexto virtual se torna relevante quando notamos a transposição desses valores e ideais, entendidos aqui como expressões do ódio e da intolerância racial, para outras plataformas, localidades e esferas sociais, sejam falas oficiais de chefes de Estado democraticamente eleitos, representantes de órgãos de governo, ou figuras públicas diversas, e até sua presença na cultura corporativa, decidindo quem pode ser contratado, promovido, demitido, etc.

Por meio de postagens coletadas na página “Negros Contra o Movimento Negro” (NCMN), da rede social Facebook, e entrevistas com seus administradores, pretende-se analisar como os discursos cibernéticos ampliam

o racismo, de que forma essa retórica se expressa no ambiente virtual e problematizar seu impacto no combate ao racismo e no surgimento de novas práticas racistas. Deste modo, através da análise do discurso, faremos uso das bases teóricas de Thompson (1999) que demonstram como ideologia e linguagem se interligam. Também empregaremos a perspectiva de Teun Van Dijk na compreensão dos discursos e comentários disponíveis nas *fanpages* apontadas neste trabalho.

O exemplo de páginas associadas a indivíduos que se identificam como negros traz à tona o caráter sistêmico do racismo, suas características alienantes (Fanon, 2008) e a interferência/ação dessa retórica intolerante na formação de uma ideologia racista, reproduzida inclusive por negros.

A racialização pela qual o negro especificamente se tornou o outro dentro do processo civilizatório moderno (Mbembe, 2017) fez com que a desumanização resultante dessa realidade seja a base do atual estado de preconceito racial. Assim, mesmo em uma sociedade dita livre e igualitária, não espanta que haja espaço para expressões implícitas (algumas nem tanto) de intolerância mascaradas justamente de defesa da liberdade e da igualdade, e nem que essas expressões sejam reproduzidas também por negros.

2. Necropolítica: raça, escravidão e antirracismo

É de longa data a presença da retórica racial no sentido de justificar e legitimar processos de dominação e escravização do homem. A Grécia da Antiguidade, em seu intuito de dominar outras civilizações, já estabelecia linhas que discriminavam cidadãos gregos e “não gregos” – os bárbaros. Esses critérios, atrelados à pureza da raça (*genos*) e à perfeição dos corpos, asseguravam a manutenção da superioridade política e social da população grega. Já Arendt (2012) conceituou o termo raça como tentativa de explicação dos europeus para sujeitos diferentes deles. Quanto ao racismo, acreditava ela, tratava-se de uma ideologia ligada ao funcionamento do Estado que se serviria da ideia de supremacia racial para exercer seu poder soberano e privilegiar determinada classe social.

Segundo Moore (2007), Aristóteles, estabelecendo a superioridade física e territorial dos gregos frente a outros povos, justificava a relação de poder de seus compatriotas, em virtude de características climáticas do ambiente e de qualidades morais que deveriam dominar o mundo. A partir de Moore (2007), observa-se que o filósofo estabelece a supremacia dos gregos sobre outros povos e a importância deles se unificarem, ao forjar uma perfeita continuidade entre a política e a raça. Desta forma, a defesa da política da escravidão do outro se refere ao “não grego” – o bárbaro. “É sempre da escravidão do outro que se fala

ao tocar no assunto. A natureza escrava é dada pelo corpo e o *habitat* dos outros povos, assim como a liberdade grega é uma garantia do clima e, por conseguinte, de sua raça” (Moore, 2007, p. 57).

No mundo árabe, igualmente, a escravidão foi naturalizada. Moore (2007) relata que em lugar algum o Alcorão advoga ou justifica a escravidão, mas o texto certamente a admitia como um fato natural da vida. “Ao mesmo tempo em que não advogam claramente pela abolição da escravidão, muitos dos textos versam sobre várias formas de libertação dos escravizados, sendo o ato de libertá-los facultativo à consciência de seu dono ou ao seu temor a Deus” (Moore, 2007, p. 85). Os livros sagrados e as lendas muçulmanas serviam como fonte de legitimação. Entre as lendas muçulmanas, destaca-se a de “Ham, filho de Noé, que foi condenado a ser negro por causa dos pecados”.

A legitimação das ações racistas passa pela construção da ideia do medo. A hostilidade e o medo aos de cor negra estão nos mitos e nas culturas de quase todos os povos “não negros”. De acordo com Moore, textos referentes aos povos euro-semitas da Europa e do Oriente Médio sugerem estereótipos negativos em relação à cor negra que historicamente explicam essa “ubiquidade da repulsa e do medo” presente em termos como “[...] ‘luto’, ‘tenebroso’, ‘maléfico’, ‘perigoso’, ‘diabólico’, ‘pecado’, ‘sujo’, ‘bestial’, ‘primitivo’, ‘inculto’, ‘canibal’, ‘má sorte’ [...]” (Moore, 2007, p. 50). Para Diop:

Eu acredito que o racismo é uma reação ao medo, especialmente quando inconsciente. O racista é alguém que se sente ameaçado por alguma coisa ou alguém que ele não pode ou consegue controlar. Este sentimento de ansiedade e medo face ao elemento desconhecido e incontrolável é certamente um fator essencial do racismo, tanto na Antiguidade quanto nos tempos modernos (Diop apud Moore, 2007, p. 168).¹

Em “Necropolítica” (2003) e “Crítica da Razão Negra” (2017), o historiador e filósofo camaronês Achille Mbembe retoma alguns desses temas. No primeiro, faz uma ligação entre a ideia de raça e morte no contexto do poder/soberania, dando origem ao conceito que nomeia o ensaio. No segundo, unifica-os dentro do que chama de “invenção” do negro a partir do processo de racialização. Ou seja, a própria ideia de raça e a condição subalterna do negro na hegemonia ocidental, no contexto da necropolítica, expressam uma política de morte que a coloca a serviço da soberania. Mais do que uma forma de distinção, a negritude funciona como a própria medida do exercício do poder/soberania. Para ele:

¹ Citação retirada da entrevista concedida a Carlos Moore e Shawna Madlangbayan. *Black Books Bulletin*, Chicago, Winter Issue, 1976, vol. 4, n. 4.

[...] o nome “negro” foi desde o início um mecanismo de objetificação e degradação. Ele tirou sua força da capacidade de sufocar e estrangular, de amputar e emascular. [...] Sempre houve uma relação íntima entre o termo “negro” e a morte, assassinato, ser enterrado vivo, junto do silêncio ao qual a coisa toda deveria ser reduzida – a ordem de se calar e permanecer invisível? (Mbembe, 2017, p. 152).

Essa seria uma forma de denominar o processo de racialização que constituiu o que Quijano (2005) e Mignolo (2011) chamam de sistema-mundo colonial/moderno, colocando o negro ao mesmo tempo como ameaça/inimigo, mas também como afirmação do projeto iluminista. Essa confirmação pela exclusão da cidadania ou civilidade ajuda a criar certo ideal de humanidade (branca, masculina, eurocêntrica) alicerçado precisamente no fato de que negros não podem ser sujeitos. Racializar – nesse caso, tornar negro – seria então um processo de exclusão, alteridade como aversão, oposição e ódio (Mbembe, 2003, p. 18); na melhor das hipóteses, a criatura bestial a ser civilizada; na pior, apenas um “minério”, uma mercadoria, um objeto sem alma e sem futuro. Em “Necropolítica”, essa figura do minério (*ore*) tão importante em “Crítica da Razão Negra” reside na ideia de sombra:

[...] no contexto do plantation, a humanidade do escravo aparece como a figura perfeita de uma sombra. De fato, a condição de escravo resulta numa perda tripla: perda de uma ‘casa’, perda dos direitos sobre o seu corpo, e a perda do status político. Essa perda tripla é análoga a dominação absoluta, alienação natal e morte social (expulsão completa da humanidade)³ (Mbembe, 2003, p. 21).

Por isso, historicamente, esse processo de racialização tem efeitos tão devastadores e profundos que a literatura das relações raciais ainda busca entendê-los por completo. No prefácio da obra *Tornar-se negro* da psicanalista Neusa Sousa, Jurandir Costa assinala que “a violência racista pode submeter o negro a uma situação cuja desumanidade nos desarma e deixa-nos perplexos” (Costa, 1990, p. 16). Costa mostra que, por vezes, o sujeito negro pode

2 Do original: “The name ‘Black’ was from the beginning a mechanism for objectification and degradation. It drew its strength from its capacity to suffocate and strangle, to amputate and emasculate. [...] There has always been an intimate relationship between the name ‘Black’ and death, murder, being buried alive, along with the silence to which the thing necessarily had to be reduced – the order to be quiet and remain unseen.”

3 Do original: “[...] in the context of the plantation, the humanity of the slave appears as the perfect figure of a shadow. Indeed, the slave condition results from a triple loss: loss of a ‘home,’ loss of rights over his or her body, and loss of political status. This triple loss is identical with absolute domination, natal alienation, and social death (expulsion from humanity altogether).”

não perceber a violência racista na qual está inserido, pois discursos racistas levam à alienação e à negação da própria natureza humana, oferecendo como única “salvação” o embranquecimento físico e/ou cultural (Vilhena, 2006).

Por meio da constatação de Costa (1990), percebe-se que ser negro no Brasil é viver constantemente em luta contra um sistema racista. O discurso de embranquecimento que está atrelado ao sistema racista tem por intuito fazer com que os negros assimilem o comportamento e a estética branca; exalta os benefícios da branquitude e ao mesmo tempo constrói representações e sentimentos negativos do que é ser negro. Essa retórica muitas vezes faz com que o negro projete o desejo de fazer parte da branquitude, reproduzindo alguns de seus códigos, padrões estéticos e referenciais discursivos, e, por conseguinte, negue qualquer referente à cultura negra, ao seu corpo e aos indivíduos. Deste modo, Sousa aponta:

Foi com a disposição básica de ser gente que o negro organizou-se para a ascensão, o que equivale dizer: foi com a principal determinação de assemelhar-se ao branco – ainda que tendo que deixar de ser negro – que o negro buscou, via ascensão social, tornar-se gente (Sousa, 1990, p. 21).

No intuito de “tornar-se gente”, visto que a Modernidade “Euro-Americana” criou o padrão de que ser negro não é ser gente (Mbembe, 2003, 2017) – como os discursos religiosos e científicos reforçaram ao longo do período –, o sujeito vai negando seu passado, presente e futuro. Neste instante, o negro passa a reproduzir um discurso hegemônico que age no nível da autoestima e na promoção de valores educacionais e culturais eurocêntricos. Na esfera política, também dá margem para um levante conservador que serve de base a pretensões totalitaristas. Para bell hooks (2004), o discurso da supremacia branca patriarcal capitalista, presente na mídia, na escola e outras instâncias sociais, traz um conjunto de afirmações ligadas à atual onda neoconservadora e à chamada extrema direita. Segundo a autora:

Como se a censura e a distorção da experiência afro-americana vinda dos canais da supremacia branca já não fossem fortes o suficiente para invalidar ou silenciar protestos negros [movimento negro], então o sistema recorreu a um novo tipo de agentes, pessoas negras que haviam internalizado o pensamento supremacista branco⁴ (2004, s. p.).

4 Do original: “And if the censoring and distortion of African-American experience coming from white supremacist channels was not strong enough to invalidate or silence black protest, then the system called on a new breed of enforcers, black folk who had internalized white supremacist thought.”

Neste ponto, é útil recuperar a noção de alienação em Fanon (2008) como precursora da questão, a fim de demonstrar como homens e mulheres negras, segundo ele, introjetam um complexo de inferioridade (de negação do corpo) que os leva a desejar a branquitude. Tal atitude os faz assimilar o discurso dominante (hegemônico) numa tentativa de ascender à condição de sujeito, principalmente pela defesa da retórica da brancura como forma de negar o racismo.

Conforme hooks (2017), essa nova direita e os neoconservadores se utilizam da desinformação e “das camadas de mentiras que as pessoas contam em suas vidas cotidianas” para impor a ordem e pregar a volta de um passado idealizado. No Brasil, esses discursos possuem uma abrangência ampla ao dialogar com anseios e reivindicações populares de grande apelo, como o fim da corrupção, combate à criminalidade, melhorias na saúde e na educação (Ortelado e Solano, 2016).

Esse discurso conservador que se opõe às pautas progressistas é sintomático da falência do projeto liberal posto pelas instituições (Sodré e Paiva, 2019). Figuras públicas que fazem parte do movimento neoconservador, como a ministra Damares Alves⁵, Olavo de Carvalho⁶ e Fernando Holiday⁷, promovem uma agenda ligada à recuperação dos “valores morais” passados (costumes), contra políticas públicas de reparação histórica e que sobrepõe a consciência individualista à consciência solidária (transformações sociais/direitos humanos) (Sodré e Paiva, 2019).

A partir dessas dicotomias criadas em prol de um ideal de segurança e ordem, as lutas/questões antirracistas são vistas como vitimismo ou propaganda “de esquerda”, quando seu teor denuncia um processo (capitalista, colonial e moderno) de desumanização (necropolítica – Mbembe, 2003; 2017) que ultrapassa até as barreiras de uma racionalidade político-partidária.

Um exemplo dado por hooks (2004) vem dos EUA, em que os avanços políticos das lutas por direitos civis na década de 1960, que tinham como figura central o reverendo Martin Luther King Jr., contribuíram para um

cenário de aparente superação das tensões raciais. A autora explica que

O ressurgimento do pensamento e práticas da supremacia branca nos anos 1980 e 1990 coincidiu com a perpetuação em nível nacional de uma noção equivocada de que o racismo havia acabado. Incorporada nesta premissa estava a noção de que qualquer pessoa negra que contestasse a supremacia branca estava louca ou choramingando [mimimi], querendo algo em troca de nada⁸ (hooks, 2004, s. p.).

No Brasil, a defesa da mestiçagem propagada pelo mito da democracia racial (Munanga, 2008) cumpriu um papel semelhante ocultando o racismo cotidiano e servindo de base para a manutenção do discurso dominante da supremacia branca. Como será visto adiante, de maneira similar ao que foi apresentado por hooks, há um uso retórico do vitimismo como mimimi e a acusação de ideológico, panfletário ou militante a qualquer discurso antirracista, o que também condiz com as táticas de desinformação do neoconservadorismo.

3. Metodologia: ideologia e análise do discurso

Segundo Thompson (1999), ideologias são sistemas seculares de crença que emergiram às vésperas do abandono da religião e da magia, servindo para mobilizar a ação política num mundo alicerçado na tradição.

Na reformulação do conceito de ideologia procuro reenfocar esse conceito numa série de problemas que se referem às inter-relações entre sentido (significado) e poder. [...] [as] maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas – que eu chamarei de “relações de dominação”. Ideologia, falando de uma maneira mais ampla, é sentido a serviço do poder (Thompson, 1999, p. 15-16).

Thompson (1999) busca demonstrar a pertinência da noção de ideologia utilizada por dominados e dominantes na tentativa de manutenção de uma ordem tanto quanto na sua subversão. O autor apresenta a seguinte compreensão sobre o tema:

⁸ Do original: “A resurgence of white supremacist thought and practice in the eighties and nineties coincided with the perpetuation on a national level of the misguided notion that racism had ended. Embedded in the assumption that racism was over was the notion that any black person who challenged white supremacy was either mad or whining, wanting something for nothing.”

⁵ Pastora evangélica brasileira e atual ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Jair Bolsonaro. Ficou famosa ao afirmar ter visto Jesus quando subiu na goiabeira. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/04/usar-jesus-na-goiabeira-contra-damare-e-fruto-bichado-da-esquerda.shtml>. Acesso em: 25/05/2020.

⁶ Ensaísta, influenciador digital e ideólogo que foi jornalista e astrólogo. Autointitulado filósofo, é representante do conservadorismo. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2019-05-17/quem-e-olavo-de-carvalho-protagonista-de-polemicas-do-governo-bolsonaro.html>. Acesso em: 25/05/2020.

⁷ O atual vereador pela cidade de São Paulo surgiu publicamente ao fazer parte do Movimento Brasil Livre (MBL). Sua principal plataforma era ser contra as políticas ditas identitárias mesmo sendo negro e homossexual. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.leg.br/vereador/fernando-holiday/>. Acesso em: 25/05/2020.

Podemos falar de “dominação” quando relações estabelecidas de poder são “sistematicamente assimétricas”, isto é, quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma maneira permanente, e em grau significativo, permanecendo inacessível a outros agentes, ou a grupos de agentes, independentemente da base sobre a qual tal exclusão é levada a efeito (Thompson, 1999, p. 80).

A partir da definição exibida pelo autor, verifica-se que a cultura racista está inserida neste modo de operação à medida que o racismo se baseia numa relação assimétrica de acesso. Para tal, podemos pensar que o discurso racista pode aparecer como programa de uma instituição ou como elemento que mascara, justifica e/ou reforça o campo da racionalidade. As práticas racistas que organizam o poder das instituições são heterogêneas, tornando a ideologia racista de difícil erradicação porque sua atuação é diversificada.

Thompson (1999) também defende a existência e utilização de estratégias ideológicas que mantêm a relação de dominação, havendo, em certos casos, como identificar esses modos de operações gerais da ideologia e relacioná-los a estratégias de construção simbólica. Thompson distinguiu cinco modos gerais com os quais a ideologia pode operar: “legitimação”; “dissimulação”; “unificação”; “fragmentação”; “reificação”. A proposta dos “modos de operação” de Thompson (1999) será utilizada como método de análise dos discursos, em virtude de relacionar as formas simbólicas à questão da dominação.

Arelada a eles, a utilização da análise de discurso advém da necessidade de se identificar a que formação discursiva e ideológica as retóricas apresentadas neste trabalho se filiam e como esses discursos retratam relações de poder entre o oprimido e o opressor. Nas sociedades ocidentais atuais, nas quais a tolerância e a igualdade de direitos são valores oficialmente respeitados e propagados, o preconceito e a desigualdade racial aparecem de forma subjacente. O discurso está no cerne da reprodução social dos mecanismos sociocognitivos que permitem também a manutenção das demais práticas racistas. Desse modo, o estudo do discurso racista torna-se relevante por apresentar uma possibilidade de análise dos mecanismos sutis pelos quais o sistema de dominação racial é reproduzido.

4. A intolerância nas redes: uma leitura crítica sobre manifestações de ódio racial

A página “Negros Contra o Movimento Negro” (NCMN) possui dois administradores: uma jovem do sexo feminino, identificada como J. T., e um jovem do sexo masculino, que se apresenta como Autêntico RJ, cujas idades não foram informadas. As informações foram obtidas por meio de entrevistas realizadas via e-mail, entre os dias

9 de outubro de 2017 e 28 de novembro de 2017, contendo 26 perguntas. Ressalte-se que os administradores da página foram comunicados de que se tratava de pesquisa acadêmica.

Autêntico informou que é do Rio Janeiro, porém não lembra a naturalidade de sua parceira, desconhecendo sua formação. No momento das entrevistas, ele se encontrava desempregado e havia cursado até o ensino médio. Declara-se negro “mestiço”⁹ devido ao fato de não existir pureza de raça no Brasil e acrescenta: “[...] porque tem muita galera aí que se acha africano da Diáspora e renegam com veemência que na verdade são descendentes de mestiços. Acredite. Eles acham a miscigenação um crime” (entrevista). Há nas falas dos informantes uma defesa da mestiçagem, cuja violência, em todos os sentidos, e tomada como ideal formou o chamado “mito da democracia racial”, questão retomada posteriormente.

Os dois aparentemente não possuem posicionamento político “oficial”/aberto, mas, segundo Autêntico, já “simpatizaram com a causa da esquerda”. Contudo, afastaram-se em virtude de supostas contradições entre discurso e prática presentes nos movimentos sociais:

Eu não tenho nada contra os movimentos sociais em si. Mas o grande problema é que por intermédio deles é difundido ideologias nocivas à sociedade. E todas as vertentes, TODAS elas, são regidas pela mesma retórica coletivista. [...] Eles pregam coletivismo, se autoproclamam minorias (contrariando o fato de que eles como um grupo são incapazes de ser minoria, pois a “menor minoria” existente é o indivíduo, e eles são contra o individualismo) e visam sempre a busca por uma “revolução”. Ou seja, dentro dos movimentos sociais está incutida a ideologia marxista, que é a origem dessa práxis (entrevista por e-mail).

Em relação aos movimentos políticos negros, os administradores apontam que os discursos proferidos visam incitar a violência entre negros e brancos e embutir no negro o papel de vítima. A afirmação de que coletivos organizados visam criar “ideologias nocivas à sociedade” por meio de uma oposição maniqueísta entre negros e brancos chama a atenção por desresponsabilizar o sistema (o Estado moderno/colonial, capitalista e seus aparatos) e impor às pessoas negras (coletivos/movimentos sociais) um estigma por tornarem visível o racismo. O entrevistado acaba segmentando ou individualizando uma

⁹ De acordo com as categorizações fixadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela linguagem estabelecida no Estatuto da Igualdade Racial (Lei no 12288/2010), a população negra corresponde ao “conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça”. A nomenclatura do mestiço não é usada em nenhum momento de maneira oficial e muitas vezes possui uma conotação pejorativa.

opressão que é sistêmica e realiza uma inversão retórica ao colocar o branco como vítima do racismo. Nessa mesma linha, o negro seria opressor por encorajar seus semelhantes a lutar contra os efeitos do racismo na vida cotidiana e, segundo Autêntico RJ, promover uma ideia de vitimização. Ele acrescenta:

O movimento negro é ipsis litteris do que foi mencionado acima, porque eles partem da premissa marxista de guerra de classes. Eles colocaram na cabeça de muita gente que negros sempre são as vítimas, coitadas escravizadas pelo homem branco e que este último, por mais que não tenha escravizado ninguém, pague por isso (entrevista por e-mail).

Sua opinião em relação aos movimentos sociais se estende à questão das cotas raciais, que na visão dos moderadores da página são instrumentos de arrebanho cuja finalidade é tornar os negros gratos a essas organizações políticas. Também assinalam que as cotas estigmatizam os indivíduos como intelectualmente inferiores. Concluem a entrevista com a seguinte opinião sobre o preconceito brasileiro: “Preconceito é algo que existe desde que o mundo é mundo. Quem reclama de preconceito quer que todo mundo o ame enquanto estas pessoas que EXIGEM que as pessoas não sejam preconceituosas, discriminam quem discorda do que eles pensam” (entrevista por e-mail).

A negação do racismo e das políticas públicas de reparação, por meio da afirmação de que preconceito sempre existiu, está conectada à recusa do papel de vítima. Ao minimizar o racismo sofrido por outros, esses indivíduos acreditam estar se afirmando enquanto sujeitos autônomos, contudo, bell hooks (2004) entende que essa retórica só favorece a supremacia branca. Não à toa, aqueles que são tachados de vitimistas sofrem consequências duras dessas disputas. A autora afirma que “muitas vezes os negros falam em se sentirem ‘loucos’ quando nomeiam o racismo e seu impacto apenas para ter suas histórias desconsideradas. Essa desconsideração é uma forma de terrorismo psicológico que tem sido usada para silenciar protestos antirracistas”¹⁰ (2004, s. p.).

A página Negros Contra o Movimento Negro – NCMC surgiu em 2015. Constituída de textos, imagens e memes de conteúdo irônico captados em outras redes sociais, utiliza-se de retóricas agressivas postadas na Internet para desvalorizar os discursos proferidos pelos movimentos sociais, especificamente pelo que chamam de “movimento negro”, um amálgama de diversos coletivos e organizações políticas heterogêneas pejorativamente homogêneas.

¹⁰ Do original: “Time and time again black folks talk about feeling ‘crazy’ when they name racism and its impact only to have their stories discounted. This discounting is a form of psychological terrorism that has been used to silence antiracist protest.”

Segundo os autores, a página foi criada com a finalidade de combater a “ideologia barata” produzida por esses movimentos. “Percebi que, como os negros e os gays, as mulheres são instrumentalizadas por movimentos sociais para vender uma ideologia barata que visa tão somente o conflito de classes jogando todos contra todos a fim de desestabilizar a sociedade” (entrevista por e-mail). Essa “reivindicação” novamente ressoa certos pressupostos da onda (neo)conversadora da chamada extrema direita por meio da demonização dos setores progressistas e dos movimentos ditos identitários.

No trecho acima, os administradores da página utilizam-se da estratégia de expurgo do outro (Thompson, 1999) que tem por objetivo criar um inimigo, seja interno ou externo, visando mostrar que os movimentos sociais são os verdadeiros inimigos da sociedade. A análise do campo léxico reafirma um antagonismo entre os administradores da página e os movimentos sociais progressistas; por meio da utilização dos termos “conflito de classe”, “jogando todos contra todos” e “desestabilizar a sociedade”, procura-se deslegitimar o discurso dos movimentos sociais, assim como o uso dos termos “instrumentalizados” e “ideologias baratas” serve para estigmatizar o discurso proferido por eles.

Nessa perspectiva, os militantes que atuam no espaço virtual e combatem o discurso racista também são caracterizados como inimigos: “[...] Preta Pariu e Afros e Afins por Nátaly Neri estão LONGE de ser consideradas ‘paladinas da luta contra o racismo’. Uma, é completamente hipócrita, enquanto a outra é completamente racista [...]” (entrevista por e-mail). Empregando a estratégia da inversão (Thompson, 1999), o racista passa a ser todo militante negro contrário ao discurso intolerante produzido pela página. Ou seja, a página deles torna-se antirracista, e as páginas da “Preta Pariu” e “Afros e Afins” por Nátaly Neri ganham o rótulo do “racismo reverso”.

O acesso à *fanpage* é livre, ou seja, qualquer usuário pode ver o conteúdo ali publicado. Os administradores optaram em deixar a página pública como forma de expor o discurso propagado pelos grupos que antagonizam. “É pra expor o quão nocivo são os discursos que coletivos negros propagam. Eles veem o branco como um inimigo a ser exterminado, e muitos só não o fazem porque acreditam que negros são mais vulneráveis à lei”, comentam os administradores por e-mail. Segundo eles, a página já auxiliou sujeitos que seguiam o discurso do “movimento negro”. “Já ajudei muita gente, direta e indiretamente. Sabe a página Preto Opressor? Sim. Ele está com quase 150 mil inscritos, e ele é o que é agora graças a um vídeo que fiz respondendo-o. Ele era do movimento negro e viu a faceta autoritária deles e me procurou [...]”, respondem mencionando outra página com conteúdo similar.

As postagens não seguem uma periodicidade específica devido às denúncias enviadas ao Facebook, que fazem a página “sair do ar”. Tal como apontam:

[...] não tenho postado com frequência, porque por incrível que pareça, a página é muito visada porque o seu nome gera um certo impacto (neste exato momento estou bloqueado pelo facebook, dentro de 20 dias estarei com a página de volta). [...] militante pra mim não é “irmão”, pois sabemos que esse sentimento de irmandade só dura até quando eles verem que o proselitismo ideológico deles não funciona. E de “irmão”, você passa a ser inimigo declarado deles, o que eles chamam de “capitão do mato” [...]. Mas nesse contexto, ser “capitão do mato” é OUSAR discordar filosófica ou ideologicamente deles, ou seja, pensar com a própria cabeça e não com o coletivismo barato que eles propagam (por e-mail).

Esse relato ilustra o ponto de Neusa Sousa; para ela, “O negro acreditou no conto, no mito, e passou a ver-se com os olhos e falar a linguagem do dominador” (Sousa, 1990, p. 30). Segundo ela (1990), o negro assimila e reproduz o discurso da branquitude. Isso ocorre devido à eficácia dos mecanismos ideológicos que garantem a assimilação do discurso, nos níveis psíquico, comportamental e político. Observam-se nessa fala a depreciação dos coletivos, a transferência do racismo para o negro e a formulação de uma ideia de ressentimento do negro em relação ao branco. Trata-se de uma personalização do debate racial, transformando o caráter sistêmico da luta antirracista em posições passionais e agendas individuais.

No processo de internalização da ideologia racista, forma mais cruel que o discurso racista encontrou para se manter, o indivíduo termina por propagar a retórica ideológica do opressor. Nesse sentido, pode-se afirmar que a *fanpage* “Negros Contra o Movimento Negro”, numa visão deturpada da história dos movimentos sociais negros, romantizando o processo de miscigenação e estigmatizando os negros que fazem uso das políticas afirmativas, sustenta a posição dos opressores e se insere na linhagem da afirmação de uma “democracia racial” brasileira. Dessa maneira, compreende-se que uma das estratégias seja a inversão do racismo, e a redefinição de antirracismo como “racismo reverso” ou “racismo negro” (Van Dijk, 2014), especialmente observado no debate relativo a políticas afirmativas e nos discursos apresentados por militantes negros.

Sabe-se que por meio de setores da academia (Freyre, 2003 [1933]; Rodrigues 2010 [1932]), das artes, dos esportes, entre outros, as instituições brasileiras romantizaram a mestiçagem, uma vez que “[...] no Brasil as teorias ajudaram a explicar a desigualdade como inferioridade, mas também apostaram em uma miscigenação positiva,

contanto que o resultado fosse cada vez mais branco” (Schwarcz, 2012, p. 39).

Como se o objetivo fosse “tornar o país mais claro” (Schwarcz, 2012, p. 39), após a libertação dos escravos, implementou-se uma política agressiva de incentivo à imigração. Por conseguinte, a afirmação “negro mestiço” e a proposição “eles acham a miscigenação um crime” feitas anteriormente evidenciam uma construção narrativa ainda recorrente em canais oficiais e hegemônicos – mídia, literatura, religião – e o total desconhecimento da política de miscigenação que ditava que ser branco era estar ligado a uma qualidade social: “Quanto mais branco melhor, quanto mais claro mais superior, eis aí uma máxima difundida, que vê no branco não só uma cor mas também uma qualidade social: aquele que sabe ler, que é mais educado e que ocupa uma posição mais elevada” (Schwarcz, 2012, p. 44).

Nota-se essa mesma posição no discurso contra as cotas raciais. Segundo Van Dijk (2014), o discurso racista se utiliza de uma bateria de ações semânticas para tornar-se socialmente aceito e persuasivo, compondo estratégias argumentativas de *face-keeping*, isto é, a apresentação de uma imagem positiva de si mesmo de maneira a proteger-se e mitigar ou negar a prática racista. Neste caso, vê-se a estratégia da inversão dos dados históricos (Thompson, 1999), ou melhor, a negação da responsabilidade dos brancos pela situação do negro, a estigmatização dos negros que utilizam cotas – “[...] ver o negro como um ser de inteligência inferior [...]” (entrevista) – e, mais uma vez, a construção do movimento negro como inimigo público. Assim sendo, percebemos a utilização de estratégias de construção simbólica relacionadas à naturalização, expurgo do outro e narrativização de Thompson (1999).

A página sistematicamente retoma a ideia do racismo reverso, desqualifica o discurso antirracista proferido pelos negros e atribui a eles sentimento de vingança em relação aos brancos. Numa postagem, vê-se a imagem de três homens brancos e sem camisa que trabalham em uma plantação de algodão, enquanto um homem negro vestido empunha um cinto e arremete com uma das mãos contra eles. No alto da imagem, a figura de Martin Luther King e as palavras: “Esse é o sonho de todo africanista: fazer uma escravidão às avessas como ‘reparação da dívida histórica’”. Por meio da justaposição da imagem com o texto, o autor ironiza o compromisso antirracista dos movimentos sociais, reduzindo-os a raiva, violência e ressentimento.

O discurso incita o ódio entre brancos e negros e quer fazer crer que as retóricas de combate ao racismo não passam de falácias e revanchismo. Essa postagem caracteriza-se pela eufemização dos processos históricos (colonialismo, escravidão), dissimulação das relações de dominação e inversão do papel da culpa. Desta maneira, constatam-se três dos quatro modos de operação da ideologia de Thompson (1999): “dissimulação”, “fragmentação” e “reificação”.



Figura 1 – Captura de tela de Negros Contra o Movimento Negro

Na segunda postagem avaliada, a Figura 1, há o compartilhamento de um comentário retirado de uma página pessoal. Logo, não se sabe o contexto original da postagem. A supressão do contexto original pode levar a diversas interpretações, verdadeiras ou falsas. Vale salientar que a página “Negros Contra o Movimento Negro – 2” como uma página de contestação ao discurso antirracista visa, a partir dos seus conteúdos, desqualificar as políticas afirmativas que tentam reparar a desigualdade abissal entre brancos e negros e as lutas do movimento negro. Conclui-se que a proposição dos administradores da *fanpage* seja a de convocar ao debate sobre a questão racial todos os que seguem a página e, desta maneira, desqualificar a autoria da postagem original que supõe a existência de uma desigualdade racial inerente.

O racismo representa um sistema de dominação de um grupo sobre outro, viabilizado por práticas, discursos e instituições. Estrutura-se no interior das instituições e das relações sociais, designando um conjunto de atos rotineiros, inscritos no funcionamento geral da sociedade, que permitem manter uma raça num estatuto de inferioridade e de exclusão social, impedindo inclusive que esses atos sejam percebidos como tal. Assim, a ideologia racista, como reflexo da intolerância, age sobre opressores e oprimidos e não se resume aos atos de discriminação e ofensas raciais.

O racismo é um sistema opressor que nega direitos a um determinado grupo. Os administradores compartilharam uma postagem original da página 30 Dias Sem Racismo com os dizeres: “DIA 7 – O racismo é bem marcado nos espaços educacionais. Quantas (os) professoras (es) negras (os) você teve?”, para construir o enunciado: “Se você não teve mais professores negros do que brancos, isso é uma forma de racismo, segundo eles. Mas ao mesmo tempo são eles que buscam a igualdade racial. Buguei.” Isso demonstra a aceitação de um racismo estrutural e institucional que apaga a existência dos negros e ainda

naturaliza esse apagamento. Utiliza-se, assim, a estratégia de naturalização apontada por Thompson (1999, p. 88), ou seja, um “apagamento da história dos fenômenos, que são apresentados como naturais”. O autor apaga o fato de que os aparelhos do Estado brasileiro, durante o Império, impediram o acesso dos negros à instrução pública, em nível legislativo. O decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, regulamentava:

[...] A guia deverá ser passada a pedido do pai, tutor, curador ou protector, que declarará sua residencia, estado e profissão, e a naturalidade, filiação, e idade do alumno.

Art. 69. Não serão admittidos á matricula, nem poderão frequentar as escolas:

§ 1º Os meninos que padecerem molestias contagiosas.

§ 2º Os que não tiverem sido vaccinados.

§ 3º Os escravos. [...]” (Câmara dos Deputados¹¹).

Os negros só tiveram acesso à escola pública a partir da segunda metade do século XIX. Assim, a postagem, ao fazer referência à presença de negros dentro de ambientes institucionais, tem por finalidade construir um discurso que aponte o interesse de uma suposta militância negra na supressão de professores brancos neste ambiente.



Figura 2 – Captura de tela de Negros Contra o Movimento Negro

11 O trecho acima foi retirado no seguinte link: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acesso em: dez. 2017.

O discurso racista, no caso da Figura 2, apoiou-se nas estratégias de “diferenciação”, conferindo ênfase às distinções entre pessoas e grupos, e “expurgo do outro”, construção de um inimigo, interno ou externo, para a sociedade (Thompson, 1999). Essas estratégias de fragmentação, modos de operação de ideologia que os racistas utilizam para segmentar os indivíduos e grupos em vez de unificá-los coletivamente, criam um desafio para os grupos subjugados. Como mostra a imagem, a publicação de NCMN convenientemente ignora a ironia contida na postagem que foi compartilhada, sugerindo que a igualdade exigida camufla sentimentos de ódio ou ressentimento. No entanto, esse discurso que coloca o negro como inimigo requer, mais uma vez, dos administradores o apagamento das questões históricas, seu esquecimento de que durante o período colonial o negro não era considerado sujeito pela Igreja Católica, entre outros exemplos citados anteriormente. O discurso científico dos séculos XIX e XX, origem de diversas teorias e doutrinas racistas, estabelecia uma estrutura hierárquica entre os povos que se caracterizava pela homogeneização de diferentes culturas africanas e pela associação do negro aos predicados normalmente usados para designar propriedades animais, o que demonstraria sua inaptidão essencial (biológica) para as tarefas ditas do espírito/racionais, tais como as atribuições do Estado e da Filosofia.

Em suma, as práticas científicas da metade do século XIX auxiliaram na construção de uma noção de racialidade que criou não apenas hierarquias socioeconômicas, mas também epistemológicas e políticas, afetando o imaginário social, autoimagem, etc. É justamente o respaldo nas formas de discurso objetivas, imparciais e por isso até (pseudo)científicas que possibilita que páginas como NCMN neguem esse contexto de discriminação sistêmica.

A forma como as mídias digitais atualizam essas questões, trazendo para o século XXI esse discurso, contribui para o desconhecimento das relações raciais no Brasil (e suas ressonâncias com certa experiência afro-diaspórica coletiva). Surge, assim, nas redes sociais uma camada adicional de exclusão e/ou invisibilização (educacional, histórica) que justifica e normaliza a desigualdade racial, cujo potencial de propagação e/ou viralização a torna particularmente adequada como ideologia na atualidade.

5. Considerações finais

Ao se concluir a análise da página “Negros Contra o Movimento Negro”, percebe-se que os administradores acabam por reproduzir o discurso hegemônico da branquitude através de uma retórica que desqualifica as conquistas obtidas por movimentos sociais e cidadãos negros. Do ponto de vista racial e identitário, a projeção da autoimagem de “negro mestiço” ratifica e reflete o discurso do

colonizador, na figura do mito da democracia racial, pois é sabido que, no Brasil, os sujeitos tendem a se ver como brancos mesmo quando são pardos e a utilizar o termo “moreno” quando são negros. Há uma afirmação da ótica colonial em sua necessidade de se distanciar da dor de ser negro, da violência que essa distinção racial carrega, do medo de extermínio e da solidão. O discurso proferido pela *fanpage* é o retrato de uma sociedade racista que faz com que os indivíduos mais afetados por essa política se sintam culpados pela situação em que vivem.

Nota-se, portanto, que novas práticas racistas estão presentes nas redes sociais, como a utilização de memes. Elas resgatam as velhas práticas racistas dos antigos programas de humor que ridicularizavam os negros, por meio de piadas e *blackface*, e que o discurso (retórica) racista atual nem sempre ocorre de modo sutil e travestido sob as vestes do humor. A retórica racista, por vezes, é clara, objetiva e direta, soando sutil somente àqueles que desconhecem o horror do racismo. Essa retórica se apoia no mito da democracia racial e no processo de miscigenação para desqualificar, inferiorizar, menosprezar e zombar do negro, impedindo-o de adentrar em espaços historicamente brancos – universidades, cargos de chefia, posições políticas.

Por isso, é preciso que haja um contraponto a esse discurso que está presente nas redes sociais e incita à intolerância racial. Sua presença no contexto eleitoral, inclusive na formação de uma base ideológica conservadora, demonstra como ele não deve ser minimizado como uma mera forma recreativa de sociabilidade on-line. Isso porque, ao se tornar plataforma política, seu poder de mobilização e engajamento mostrou mais uma vez como o racismo deixou de ser problema dos negros ou uma “questão identitária” para figurar na agenda democrática global.

Referências

- ARENDRT, Hannah. 2012. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo e totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. 8ª ed. São Paulo, Companhia das Letras
- CHAGAS, Viktor; MODESTO, Michelle; MAGALHÃES, Dandara. 2019. O Brasil vai virar Venezuela: medo, memes e enquadramentos emocionais no WhatsApp pró-Bolsonaro. *Revista Esferas*, Brasília-DF, 3(14):1-7.
- CORREIA, Adriano. 2007. *Filosofia passo a passo: Hannah Arendt*. Rio de Janeiro, Zahar.
- COSTA, Jurandir Freire. 1990. Da cor ao corpo: a violência do racismo. In: Neusa Santos SOUSA, *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro, Graal, p. 1-16.
- DIJK, Teun A. Van. 2017. *Discurso e poder*. São Paulo, Contexto.
- FANON, Frantz. 2008. *Pele negra, máscaras brancas* Tradução de Renato da Silveira. Salvador, EDUFBA, 194 p.
- FREYRE, Gilberto. 2003. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob regime de economia patriarcal*. São Paulo, Global.

- hooks, bell. 2017. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2ª ed. São Paulo, Editora WMF Martins Fontes.
- hooks, bell. 2004. *Rock My Soul: Black People and Self-esteem*. New York, Atria Books.
- HOLIDAY, Fernando. Câmara de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.leg.br/vereador/fernando-holiday/>. Acesso em: 25 maio 2020.
- MBEMBE, Achille. 2017. *Critique of Black Reason*. Durham, Duke University Press.
- MBEMBE, Achille. 2003. Necropolitcs. *Public Culture*, Durham, Duke University Press, 15(1):11-40.
- MESSENBERG, Débora. 2017. A direita que saiu do armário: a cosmivisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Revista Sociedade e Estado*, 32(3):621-647, set./dez.
- MIGNOLO, Walter. 2011. *The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options*. Durham, Duke University Press.
- MOORE, Carlos. 2012. *Racismo & sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte, Mazza.
- MUNANGA, Kabengele. 2008. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte, Autêntica.
- ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther. 2016. Nova direita nas ruas? Uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015. *Perseu*, 11(7):169-80. Disponível em: <http://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/97/65>
- PORTAL Câmara dos Deputados. Brasília, Distrito Federal. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html> Acesso em: 05 dez. 2017
- QUEM é Olavo de Carvalho, protagonista de polêmicas do governo Bolsonaro? Último Segundo – iG, São Paulo. 17 maio 2019. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2019-05-17/quem-e-olavo-de-carvalho-protagonista-de-polemicas-do-governo-bolsonaro.html> Acesso em: 25 maio 2020.
- QUIJANO, Anibal. 2005. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf
- RHEINGOLD, Howard. 1993. *The Virtual Community: Homesteading on the Electronic Frontier*. New York, Perseus Books.
- RODRIGUES, R. N. 2010. Os africanos no Brasil [online]. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 303 p. ISBN: 978-85-7982-010-6.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. 2012. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*, São Paulo, Claro Enigma.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. 1993. *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SILVA, Adriana Brito da; BRITES, M. Cristina; OLIVEIRA, R. de Cássia Eliane; BORRI, T. Giovanna. 2014. A extrema-direita na atualidade. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, 119:407-445, jul./set.
- SODRÉ, Muniz. 2013. *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. 3ª ed. Petrópolis, Vozes.
- SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel. 2019. Comunitarismo e sociedade civil. *Revista Famecos: Mídia, Cultura e Tecnologia*, Porto Alegre, 26(1):3-12, jan.-abr.
- SOUSA, Neusa Santos. 1990. *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro, Graal.
- THOMPSON, John B. 1999. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 3ª ed. Petrópolis, Editora Vozes.
- USAR 'Jesus na goiabeira' contra Damares é fruto bichado da esquerda. *Folha de S. Paulo*, São Paulo. 16 de abril de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/04/usar-jesus-na-goiabeira-contradamares-e-fruto-bichado-da-esquerda.shtml> Acesso em: 25 maio 2020.
- VAN DIJK, Teun A. (org.). 2014. Introdução. In: *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo, Contexto, p. 11-24.
- VILHENA, Junia de. 2006. A violência da cor: sobre racismo, alteridade e intolerância. *Revista Psicologia Política*, 6(12):1-18.

Artigo submetido em 16-10-2019
Aceito em 26-05-2020